

CI-CPRI



Lusofonia – Perguntas e Respostas

Os países lusófonos defendem o Português como língua de trabalho?

Os países lusófonos defendem o Português como idioma de trabalho do ponto de vista institucional mas, na prática, empregam cada vez mais o Inglês (como língua franca). Ou seja, há uma estratégia conjunta acordada no papel que os próprios Estados-membros não cumprem nem verdadeiramente potenciam a seu favor. A sociedade civil segue, em espelho, a mesma tendência. Assim não se convencem países terceiros ou organizações internacionais a adotar mais a língua de Camões. É como vender um móvel com caruncho. Os que não são lusófonos não respeitam o “faz o que ele diz, não faças o que ele faz”. A estratégia tem de ser conjunta, articulada na teoria e na prática.

Na sua opinião, qual é a importância do Acordo Ortográfico de 1990?

O Acordo Ortográfico gerou muita controvérsia porque foi burocrático e baseado em interesses geopolíticos. Em grande medida não se respeitou a vontade das populações envolvidas. Como criou mais dificuldades do que vantagens no quotidiano, gerou revolta. Com o tempo, essas contrariedades poderão serenar, em especial, se houver esforço de todos os Estados-membros da CPLP (se não houver divisões na forma estratégica de atuação) nesse sentido.

Havia essencialmente dois padrões utilizados: o brasileiro e o empregue pelos outros Estados-membros da CPLP. Com o objetivo de fomentar uma versão universal da língua, igual para todos, aproximou-se a versão considerada “europeia”, por questões ideológicas, à do país mais populoso. Ao invés de ser um país a aproximar-se aos outros, foi ao contrário. Quando não é o pragmatismo mas a ideologia a comandar as negociações, o ajustamento leva mais tempo.

O excesso de estrangeirismos na Língua Portuguesa e a redação de teses e de artigos de investigação em inglês têm impacto negativo na afirmação da língua portuguesa no plano nacional, regional e internacional?

Não dar valor ao idioma que temos em comum é como deitar dinheiro ao ar. Estamos a dar poder e a oferecer emprego aos outros de mão beijada. O mundo é altamente competitivo e cada qual defende os seus interesses, portanto, se nós não gostarmos de nós, quem gostará?

Os cidadãos franceses nunca diriam ser provinciano falar francês, a China exporta o mandarim como língua franca e os países do Médio Oriente uniram-se e conseguiram elevar o árabe a língua de trabalho da ONU. Quem quer, pode e não se queixa. Os lusófonos, ao empregarem a sua língua, entre si e com terceiros, estão também a dar emprego aos professores de Português, aos tradutores e a todos os profissionais, dos vários sectores económicos.

Os lusófonos que não dão valor à arma mais poderosa que possuem (ainda por cima pacífica) que é a sua língua, submetem-se ao poder dos mercados internacionais, pelo que andam sempre a reboque dos outros e a valer pelo interesse alheio, que pode não ser o seu. Por exemplo, se o tratado internacional assinado foi apenas redigido em Inglês, quando for traduzido para ser implementado, pode-se descobrir o que não se queria (se a tradução das palavras tiver vários significados pouco inocentes). Pode parecer um absurdo, mas a questão é importante, sim.

Os estrangeirismos existem para facilitar a comunicação. Mas quantas pessoas verdadeiramente sabem traduzir corretamente os termos em consideração? É difícil legislar e criar políticas públicas quando ninguém se entende sobre o verdadeiro significado de algumas dessas palavras. O que pode ter consequências graves, pois a tradução também depende da cultura e da sociedade em que se insere. Por exemplo: *bullying*. A matriz lusófona, sobretudo a portuguesa, tem uma forte componente católica apostólica romana, pelo que a tendência é para proteger a vítima. Em sociedades onde vigora a lei do mais forte, como a anglófona, a tendência é para ensinar à vítima a defender-se e a desenrascar-se sozinha para a próxima. O que traduz prioridades diferentes, mesmo que possam ser complementares. Depende da forma de educar e do posicionamento em sociedade.

As línguas portuguesa e espanhola deveriam ser defendidas em conjunto no plano internacional?

No meu entender, os países lusófonos devem defender o seu idioma paralelamente aos hispânicos, pois o Português e o Espanhol (neste caso, o Castelhana, pois a Galiza quer uma aproximação à CPLP por causa do galego) são idiomas diferentes e não representam exatamente os mesmos valores. Os dois grupos têm prioridades e interesses geopolíticos que podem não ser conciliáveis e, se trabalharem sempre em conjunto, um deles pode “ser engolido” pelo outro.

Por exemplo, Espanha tem problemas com Marrocos (por causa de Ceuta, Melilla e da independência atabalhoada de Espanha no Saara Ocidental), Portugal não tem. México tem problemas com os EUA, o Brasil não tem. O “mundo lusófono” deve promover pontes no xadrez internacional, sem se deixar submeter aos interesses alheios nem se deixar enrolar em rivalidade regionais que não lhes concernem.

A lusofonia tem potencial global?

Sim, porque é falada à escala global. Mas atenção, a CPLP inclui todos os países de língua oficial portuguesa. A lusofonia engloba todos os falantes de Português (no mundo inteiro). Nem todos os cidadãos da CPLP falam o idioma em causa. A língua em comum confere poder a quem o utiliza. Quanto mais o usarem, mais os seus falantes têm poder local, nacional, regional e internacional.

Cabo Verde é um caso paradigmático onde os dialetos crioulos são muito utilizados no quotidiano (mas, até por isso, as populações nem sempre se entendem, pois há variantes linguísticas entre as ilhas e não têm apenas uma forma de escrever as palavras que empregam no dia-a-dia). Quando interagem em Português, a comunicação entre todos é muito mais fácil, mas é uma questão de escolha.

Mas tem potencial global enquanto língua de negócios?

O Português é uma língua de negócios à escala mundial. Hoje em dia há interdependência de mercados, não é necessário abdicar de uma ferramenta de trabalho que nos é útil, pelo contrário, a diferenciação é uma mais-valia rentável. Veja-se o caso de Macau que se destaca na China, entre outras coisas, pela forma como soube aproveitar a sua abertura aos mercados lusófonos.

As trocas comerciais podem ser uma fonte de expansionismo para a língua portuguesa, porque os clientes e fornecedores preferem negociar na sua língua materna, que dominam mais facilmente, por questões de facilidade e conforto, e para não serem ludibriados nas entrelinhas.

Porque é que a CPLP não é um projeto mais bem-sucedido?

Do ponto de vista estratégico, a CPLP tem todas as potencialidades para ser um projeto mutuamente benéfico, porque é uma tábua redonda, em que todos os Estados-membros estão em pé de igualdade, a reivindicar direitos e a assumir responsabilidades. Mas até por isso, o sucesso do projeto depende do empenho de todos os seus membros e não apenas dos mais fortes e/ou ricos. Os países lusófonos que se queixam da CPLP geralmente são os menos ativos na organização e nem sempre contribuem para o orçamento ou para as atividades coletivas, como se estivessem à espera que os outros fizessem por eles. Mas a CPLP não é uma Commonwealth. O objetivo foi sempre não ser uma Commonwealth. Moçambique pertence a esse sistema hierárquico que possui a rainha de Inglaterra como líder

honorária (*Head of the Commonwealth* é título monárquico de Elisabete II), com tudo o que isso implica e acarreta, pois há quem lhe chame o império oficioso dos ingleses. Nem todos entendem a questão nestes termos.

Os Estados-membros da CPLP possuem prioridades diferentes. Esta questão pode ser um entrave na sua afirmação internacional ou como um todo?

A CPLP não é uma União Europeia que exige convergência económica para funcionar corretamente.

Os Estados-membros da CPLP possuem diferentes prioridades desde o início (não é uma novidade). O que os une é a matriz cultural, histórica e linguística, que permite compreender melhor as características uns dos outros, que terceiros não partilham. É suposto que unidos sejam mais fortes e se ajudem mutuamente. É uma espécie de “irmandade” baseada na cooperação e na solidariedade. Para isso, têm de colaborar ao mais alto nível. A questão começa por ser política. Depois tem de haver divulgação das atividades junto das populações e estas têm de saber para que serve a CPLP e como a organização contribui para a sua felicidade. Se o cidadão comum não sentir os seus benefícios no quotidiano, os arautos bem podem dissertar horas inteiras nos meios de comunicação, que ninguém vai querer ouvir os seus discursos enfatoados.

A CPLP agora inclui a Guiné Equatorial. Qual a sua opinião sobre a adesão?

A Guiné Equatorial não possui a mesma matriz que os outros Estados-membros. A sua entrada para a CPLP constitui um risco que só pode começar a ser avaliada daqui a uma década.

Qual é o futuro da CPLP? Poderá haver um mercado comum lusófono?

Portugal, enquanto estado-membro da União Europeia, não pode aderir a um mercado comum lusófono e os outros países da UE não estão interessados em que isso aconteça.

Em Portugal, durante muito tempo, a cultura era sobretudo apoiada pelo Estado e entendia-se que não tinha de gerar rendimento. A elite partia do suposto que a qualidade não era popular, nem sempre apreciada por todos e que, portanto, só subsistia recorrendo a subsídios ou ao mecenato. O turista podia visitar monumentos nacionais e exposições sem pagar bilhete de acesso. As câmaras municipais forneciam produtos culturais (concertos de música, teatro,...) gratuitamente à população. Sempre teve alguma relutância em “vender” o produto cultural, a título nacional e internacional. A mudança nesta mentalidade foi paulatina. Mas muito bem-sucedida. Hoje em dia, há uma grande aposta na cultura e no turismo, com impacto significativo e crescente no PIB. Em princípio, todos ganham com isso. Países como o Brasil, Angola e Cabo Verde apostaram nos seus produtos culturais assim que obtiveram a estabilidade político-militar necessária para priorizar outras áreas.

O futuro da CPLP depende da vontade política dos seus Estados-membros. Em Democracia, os representantes de cada país são eleitos pelos respetivos povos. Sendo assim, em última análise, o destino da lusofonia está nas mãos dos que falam a língua portuguesa, que é pertença de nós todos.